



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 004

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE FEVEREIRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB.....	Antonio Anibelli
PPB.....	Duílio Genari
PT	Elton Carlos Welter
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS.....	Marcos Isfer
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 003ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE FEVEREIRO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Natálio Stica, secretariada pelo senhor deputado Nelson Tureck e pela senhora deputada Cida Borghetti.

Às dezoito horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Natólio Stica)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Natólio Stica)

Não há expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 574/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que dispõe sobre a cobrança

de valores para a inscrição em concursos públicos realizados pela Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA Nº 077/2003, de 24.09.2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 574/2003**

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de lei de autoria da deputada Elza Correia que pretende fixar o valor da taxa de inscrição em concursos públicos realizados pela Administração Direta, Autárquica ou Fundacional do Estado em 1% (um por cento) do vencimento do cargo objeto do concurso, isentando-se integralmente a taxa ainda aos candidatos a vagas em cargos operacionais, desde que comprovem estarem desempregados.

Justifica sua proposição pelo fato de muitos interessados estarem impedidos de participar em concursos públicos a vagas de servidor do Estado por absoluta falta de condição de pagar a taxa de inscrição, o que afrontaria, na prática, o princípio constitucional da universalidade do acesso por parte dos brasileiros, e mesmo estrangeiros na forma da lei, aos concursos públicos para preenchimento de vagas da administração direta e indireta do Estado.

Voto do relator e fundamentação

Em que pese o governo anterior ter vetado projeto de lei aprovado nesta Assembléia Legislativa, na forma de substitutivo apresentado pelo ilustre deputado Durval Amaral, que, por lei autorizatória, isentava de taxas totalmente os concursos públicos do Estado, entendemos que há competência para o Legislativo estadual, e mesmo por sua iniciativa, regular através de norma geral, limites para o Executivo estadual cobrar taxas, posto que não há especificação de previsão de receita neste sentido, prescindindo, portanto, de estudo de impacto orçamentário.

Se contrariar interesse público, posto que a receita de taxas de concursos é para cobrir despesas dos mesmos, isto deverá ser analisado na Comissão de mérito, onde poderá ser decidido sobre a conveniência, ou não, de cobrar-se apenas um por cento do valor do vencimento do cargo em disputa como valor da taxa de inscrição e isenção nos casos previstos na lei. Sobre esta entendemos que a redação deve sofrer emenda para limitar a isenção para os desempregados e que, como requisito complementar, não tenham outra fonte de renda. Porém também neste aspecto é questão de mérito, devendo a emenda ser apresentada na Comissão própria, ou ainda de plenária.

Nesta Comissão não vislumbramos impedimento de ordem formal, pois ainda que o valor de taxas de inscrição em concursos públicos é fixado em Edital, que é um ato tipicamente administrativo, entendemos ser perfeitamente possível o legislador estabelecer limites para

este Ato Administrativo, sem invadir sua competência exclusiva.

A única emenda que apresentamos neste momento é no sentido de suprimir o termo “revogadas as disposições em contrário”, do último artigo do Projeto de Lei, pois a revogação deve ser expressa e não genérica, como dispõe a boa técnica legislativa orientada pela Lei Complementar nº 95.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 574/2003, por não vislumbrarmos vícios de competência, nem de iniciativa, incorporando-se apenas a emenda supressiva acima descrita.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS SUPRESSIVAS DO RELATOR PROJETO DE LEI Nº 574/2003

Fica suprimida a expressão “revogadas as disposições em contrário” inserido no artigo 3º do projeto de lei, passando o referido artigo a ter apenas a seguinte redação:

“Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 574/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 574/2003, em análise, de autoria da deputada Elza Correia, dispõe sobre a cobrança de valores para a inscrição em concursos públicos realizados pela Administração Direta, autárquica e Fundacional do Estado.

Trata-se de proposição que objetiva fixar em 1% (um por cento) do vencimento do cargo objeto do concurso, a taxa de inscrição de candidatos a concursos públicos, isentando a cobrança de candidato desempregado.

Não verificando nenhum óbice que possa impedir a sua normal tramitação nesta Casa, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 674/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio aos Marinheiros de

Paranaguá, com sede e foro no município de Paranaguá. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA Nº 094/2003, de 11.11.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 674/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Waldir Leite, declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio aos Marinheiros de Paranaguá, com sede e foro no município de Paranaguá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 710/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amparo aos Pacientes com Câncer, AAPC, com sede e foro nesta capital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA Nº 103/2003, de 01.12.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 710/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Tadeu Veneri, declara de Utilidade Pública a Associação de Amparo aos Pacientes com Câncer - AAPC, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 04

1½/2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 003/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede de Educação Básica do Paraná, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2004, de 17/02/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 03/2004

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, institui e dispõe em seu artigo 1º o novo Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, nos termos da legislação vigente.

Na justificação, o autor ressalta que o novo Plano de Carreira do Professor da Rede de Educação Básica do Paraná é uma necessidade decorrente da adequação da carreira do magistério público estadual, uma vez que a Educação e, especialmente, a situação profissional dos professores constituem terreno complexo e conflitivo, aberto aos embates sociais. Esse terreno foi particularmente atingido por restrições econômicas, financeiras e culturais, advindas de mudanças de perspectiva de encaminhamento da sociedade, determinadas pelas políticas de ajuste neoliberal.

Merece destacar o fato de que a medida ora proposta retrata grande interesse público pelo seu elevado significado, criando-se desta forma, o cargo único de professor para todas as atividades educacionais que têm a docência como eixo, sendo as demais funções um suporte ao trabalho em sala de aula, provendo condições e meios para o desenvolvimento das atividades da escola. O professor é, neste Plano de Carreira, o servidor público que exerce docência, suporte pedagógico, direção, coordenação, assessoramento, supervisão, orientação, planejamento e pesquisa. Ao ingressar na carreira, o professor poderá exercer suas atividades em estabelecimentos de ensino, núcleos regionais da Educação, Secretaria de Estado da Educação e unidades a ela vinculadas.

Ante ao exposto, chamada esta relatoria a se manifestar quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, sendo, pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei, na forma do substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 17.02.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2004

P A R E C E R :

Relatório

A Mensagem nº 04/2004, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

Fundamentação

O presente projeto foi analisado regimentalmente pela Comissão de Constituição e Justiça no tocante à constitucionalidade e legalidade. A mesma posicionou-se em apresentar uma Emenda Substitutiva Geral ao referido projeto. A citada emenda foi aprovada na Comissão, recebendo parecer favorável à sua aprovação.

Conclusão

Assim sendo, no que compete a esta Comissão se manifestar, conforme preceitua o parágrafo 3º ao artigo 33, do Regimento Interno, é o parecer favorável na forma da Emenda Substitutiva Geral apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça e anexada ao projeto de lei complementar em análise.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.02.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ANDRÉ VARGAS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2004

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Poder Executivo, enviado a esta Casa de Leis por meio de Mensagem Governamental nº 04/2004, o presente plano de lei dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

Fundamentação

O presente projeto foi analisado regimentalmente pela Comissão de Constituição e Justiça no tocante à constitucionalidade e legalidade. A mesma posicionou-se em apresentar uma Emenda Substitutiva Geral ao referido projeto. A citada emenda foi aprovada na Comissão, recebendo parecer favorável à sua aprovação.

Conclusão

Assim sendo, no que compete a esta Comissão se manifestar, conforme preceitua o parágrafo 7º do artigo 33, do Regimento Interno, opinamos pelo parecer favorável, seguindo o posicionamento da douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer favorável ao Substitutivo Geral apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, porém com a inclusão das emendas apresentadas por esta Comissão.

Sala das Comissões, em 18.02.2004.

(a) TADEU VENERI - Presidente e Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2004

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Esta lei institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º - Integram a Carreira do Professor da Rede Estadual de Ensino de Educação Básica os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades nos Estabelec-

imentos de Ensino, nos Núcleos Regionais da Educação, na Secretaria de Estado da Educação e nas unidades a ela vinculadas, incluídas as de direção, coordenação, assessoramento, supervisão, orientação, planejamento e administração, atuando na Educação Básica, nos termos da Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Estado do Paraná.

Capítulo II

Dos Princípios e Garantias

Art. 3º - O Plano de Carreiras do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná objetiva o aperfeiçoamento profissional e contínuo e a valorização do Professor através de remuneração digna e, por consequência, a melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados à população do Estado, baseado nos seguintes princípios e garantias:

I - reconhecimento da importância da carreira pública e de seus agentes;

II - profissionalização, que pressupõe qualificação e aperfeiçoamento profissional, com remuneração digna e condições adequadas de trabalho;

III - formação continuada dos professores;

IV - promoção da educação visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania;

V - liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, dentro dos ideais de democracia;

VI - gestão democrática do ensino público estadual;

VII - valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento;

VIII - avanço na Carreira, através da promoção nos Níveis e da progressão nas Classes;

IX - gestão democrática das escolas da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, mediante consulta à comunidade escolar para a designação dos diretores de escolas nos termos da lei;

X - existência dos Conselhos Escolares em todas as escolas da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná;

XI - período reservado ao Professor, incluído em sua carga horária, a estudos, planejamento e avaliação do trabalho discente.

Capítulo III

Dos Conceitos Fundamentais

Art. 4º - Para efeito desta lei entende-se por:

I - Cargo: centro unitário e indivisível de competência e atribuições, criado por lei, com denominação própria, em número certo e remuneração paga pelo Poder Público, provido e exercido por um titular, hierarquicamente localizado na estrutura organizacional do serviço público;

II - Carreira: conjunto de Níveis e Classe que definem a evolução funcional e remuneratória do Professor, de acordo com a complexidade de atribuições e grau de responsabilidade;

III - Nível: divisão da Carreira segundo o grau de escolaridade, Titulação ou Certificação no Programa de Desenvolvimento Educacional;

IV - Classe: divisão de cada Nível em unidade de progressão funcional;

V - Professor: servidor público que exerce docência, suporte pedagógico, direção, coordenação, assessoramento, supervisão, orientação, planejamento e pesquisa exercida em Estabelecimentos de Ensino, Núcleos Regionais da Educação, Secretaria de Estado da Educação e unidades a ela vinculadas;

VI - Docência: atividade de ensino desenvolvida pelo Professor, direcionada ao aprendizado do aluno e consubstanciada na regência de classe;

VII - Hora-aula: tempo reservado à regência de classe, com a participação efetiva do aluno, realizado em sala de aula ou em outros locais adequados ao processo ensino-aprendizagem;

VIII - Hora-atividade: tempo reservado ao Professor em exercício de docência para estudos, avaliação e planejamento, realizado preferencialmente de forma coletiva.

Capítulo IV

Da Estrutura da Carreira

Art. 5º - A Carreira de Professor da rede Estadual de Educação Básica do Paraná é integrada pelo cargo único de provimento efetivo de Professor e estruturada em 06 (seis) Níveis, cada um deles composto por 11 (onze) Classes, conforme detalhado no Anexo I - Tabela de Vencimentos, da presente lei.

§ 1º - Para o exercício do cargo de Professores é exigida a habilitação específica para atuação nos diferentes níveis e modalidades de ensino, obtida em curso de licenciatura, de graduação plena.

§ 2º - Para o exercício do cargo de Professor nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental e na Educação Infantil é admitida a formação de professor em nível médio.

§ 3º - Para o exercício do cargo de Professor na Educação Profissional, durante o estágio probatório, é admitida a formação específica referente ao curso, condicionando-se a sua efetivação no cargo à realização de complementação pedagógica para obtenção de licenciatura plena.

§ 4º - Para o exercício do cargo de Professor nas atividades de coordenação, administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional é exigida graduação em Pedagogia.

§ 5º - A todos os ocupantes do cargo de professor é assegurado o direito de exercer as funções de direção escolar, nos termos da lei.

Art. 6º - A tabela de vencimentos do professor é composta por 06 (seis) níveis denominados Especial I, Especial II, Especial III, Nível I, Nível II e Nível III, aos quais estão associados critérios de Titulação e Certificação, conforme previsto nesta lei.

§ 1º - Os valores dos vencimentos dos Níveis Especial III, Especial II e Especial I correspondem a 85% (oitenta e cinco por cento), 75% (setenta e cinco por cento) e 70% (setenta por cento), respectivamente, do valor do vencimento do Nível I, tomado como referência para o presente Plano de Carreira.

§ 2º - O valor do vencimento do Nível II corresponde ao valor do vencimento do Nível I acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 3º - O valor do vencimento do Nível III, Classe 1, corresponde ao valor do vencimento do Nível II, Classe 11, acrescido de 5% (cinco por cento).

§ 4º - Cada um dos níveis descritos no *caput* deste artigo é composto por 11 (onze) classes designadas pelos números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, associadas a critérios de avaliação de desempenho e participação em atividades de formação e/ou qualificação profissional.

§ 5º - Em um mesmo nível haverá uma diferença percentual de 5% (cinco por cento) entre uma classe e outra, de modo que a Classe 2 de cada nível corresponda ao valor da Classe 1 acrescido de 5% (cinco por cento), e assim sucessivamente até a Classe 11, que corresponde ao valor da Classe 10 acrescido de 5% (cinco por cento).

Capítulo V

Do Provimento e Desenvolvimento na Carreira

Seção I

Do Ingresso

Art. 7º - O cargo de professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, com descrição estabelecida no Anexo II - Descrição de cargo, da presente lei, é acessível aos brasileiros natos ou naturalizados, que preencham os requisitos estabelecidos em lei, com o ingresso no Nível I, Classe 1, da Carreira, mediante concurso público de provas e títulos.

§ 1º - O exercício profissional do titular do cargo de provimento efetivo de professor será vinculado à área de conhecimento para a qual tenha prestado concurso público, ressalvado o exercício, em caráter excepcional, quando habilitado para o magistério em outra área de conhecimento e indispensável para o atendimento de necessidade de serviço.

§ 2º - As exigências referidas neste artigo deverão estar satisfeitas e apresentadas pelos aprovados no concurso público, sendo desnecessário apresentá-las por ocasião da sua inscrição.

Art. 8º - Em caso de vacância, os cargos de professor deverão ser supridos por concurso público que terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

Art. 9º - É assegurada aos candidatos com deficiência a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso público para provimento no cargo de professor com atribuições compatíveis à deficiência.

Seção II

Do Estágio Probatório

Art. 10 - O estágio probatório é o período de 03 (três) anos de efetivo exercício, a contar da data de seu início, durante o qual o professor é avaliado para atingir a estabilidade no cargo para o qual foi nomeado.

§ 1º - Durante o estágio probatório aos professores serão proporcionados meios para sua integração e desenvolvimento de suas potencialidades em relação ao interesse público.

§ 2º - Cabe à Secretaria de Estado da Educação garantir os meios necessários para acompanhamento e avaliação de desempenho dos professores em estágio probatório.

§ 3º - Em caso de reprovação na avaliação, o professor será exonerado, mediante processo administrativo, com garantia de contraditório e ampla defesa.

Seção III

Da Promoção e Progressão na Carreira

Art. 11 - A promoção na carreira é a passagem de um nível para outro, mediante titulação acadêmica na área da educação, nos termos de resolução específica, ou certificação obtida por meio do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, previsto nesta lei, com critérios e formas a serem definidos por lei.

I - Os Níveis Especial I, Especial II e Especial III ficam reservados aos profissionais referidos no artigo 5º, § 2º, desta lei, que possuam formação em Nível Médio, Licenciatura Curta e Licenciatura Curta com estudos adicionais, respectivamente;

II - será promovido para o Nível I, na mesma Classe em que se encontra na carreira, o professor de Nível Especial que obtiver Licenciatura Plena;

III - será promovido para o Nível II, na mesma classe em que se encontra na carreira, o professor com Licenciatura Plena que obtiver pós-graduação com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, na área da educação, com critérios definidos pela Secretaria de Estado da Educação;

IV - será promovido para o Nível III, Classe 1, o professor que estiver no Nível II, Classe 11, e que obtiver certificação por meio do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, nos termos da lei, para a qual será aproveitada a titulação obtida em curso de pós-graduação como critério total ou parcial para obtenção da certificação.

§ 1º - Entende-se por Titulação ou Habilitação, a Licenciatura Plena, a Especialização, o Mestrado e o Doutorado, obtidos em curso autorizado e reconhecido

pelos órgãos competentes, ou, quando realizados no exterior, devidamente validado por instituição brasileira pública, competente para este fim.

§ 2º - Entende-se por Certificação aquela obtida por meio do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, previsto nesta lei, para fins de promoção na carreira.

§ 3º - As promoções previstas nos incisos I, II e III deste artigo ocorrerão a qualquer tempo, e serão efetivadas mediante requerimento do professor, devidamente instruído, sendo que, uma vez deferido, a remuneração correspondente será paga retroativamente à data do protocolo.

§ 4º - A promoção prevista no inciso III ocorrerá dentro do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, com normas de progressão disciplinadas mediante lei específica e remuneração paga a partir da data da certificação.

§ 5º - A Secretaria de Estado da Educação garantirá ao professor que ingressar no Nível III a oportunidade de, em 15 (quinze) anos, alcançar a última Classe da Carreira.

Art. 12 - Fica assegurada ao professor, quando inscrito em Programa de Complementação de Formação para obtenção de Licenciatura Plena, a compatibilização do horário de estágio curricular supervisionado obrigatório, na área de educação, com o seu horário de trabalho.

Parágrafo Único - Havendo incompatibilidade do horário de estágio curricular supervisionado obrigatório com o seu horário de trabalho, fica assegurado o afastamento do professor de suas atribuições, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens de caráter permanente.

Art. 13 - Fica assegurado período de afastamento para conclusão dos trabalhos para obtenção de Certificação/Titulação, sem prejuízo funcional e remuneratório, com regulamentação a ser estabelecida em resolução.

Art. 14 - A progressão na carreira é a passagem do professor de uma classe para outra, dentro do mesmo nível, e ocorrerá mediante a combinação de critérios específicos de avaliação de desempenho, com normas disciplinadas mediante lei, e participação em atividades de formação e/ou qualificação profissional relacionadas à Educação Básica, bem como à formação do professor e à área de atuação, nos termos de resolução específica.

§ 1º - A primeira progressão ocorrerá após o cumprimento do estágio probatório.

§ 2º - A avaliação de desempenho deve ser compreendida como um processo permanente, em que o professor tenha a oportunidade de analisar a sua prática, percebendo seus pontos positivos e visualizando caminhos para a superação de suas dificuldades, possibilitando, dessa forma, seu crescimento profissional.

§ 3º - A cada interstício de 02 (dois) anos ficam computados até 15 (quinze) pontos para avaliação de

desempenho e até 30 (trinta) pontos para atividades de formação e/ou qualificação profissional.

§ 4º - A cada 15 (quinze) pontos acumulados, na forma do parágrafo anterior, o professor terá garantida a progressão equivalente a 01 (uma) classe, podendo avançar até 03 (três) classes na carreira, por interstício de 02 (dois) anos.

§ 5º - Os pontos não utilizados em determinada progressão serão aproveitados na progressão subsequente, excetuando-se aqueles obtidos em decorrência da avaliação de desempenho.

§ 6º - Fica estabelecida a data de 1º de outubro para a primeira progressão na carreira.

Art. 15 - A Secretaria de Estado da Educação garantirá os meios para progressão do professor.

Art. 16 - Não poderá ser utilizada a mesma Certificação, Titulação ou comprovante de realização de atividades de formação e/ou qualificação profissional para mais de uma forma de avanço na carreira, seja por promoção ou progressão.

Parágrafo Único - O professor detentor de dois cargos poderá usar a nova Certificação, Titulação ou comprovante de realização de atividades de formação e/ou qualificação profissional em ambos os cargos.

Capítulo VI

Das Atividades de Formação e Qualificação Profissional

Art. 17 - A qualificação profissional, visando à valorização do professor e à melhoria da qualidade do serviço público, ocorrerá com base no levantamento prévio das necessidades, de acordo com o processo de qualificação profissional da Secretaria de Estado da Educação ou por solicitação dos professores, atendendo com prioridade a sua integração, atualização e aperfeiçoamento.

Parágrafo Único - Ao professor em estágio probatório fica garantido o desenvolvimento de atividades de integração, com o objetivo de inseri-lo na estrutura e organização dos Sistemas Educacionais e da Administração Pública.

Art. 18 - O professor que comprovar a realização de atividades de formação e/ou qualificação profissional terá direito à progressão na carreira, nos termos do artigo 14 desta lei.

Art. 19 - Fica assegurada a participação certificada do professor convocado para atividades de formação e qualificação profissional promovidas ou previamente autorizadas pela Secretaria de Estado da Educação sem prejuízo funcional e remuneratório.

Capítulo VII

Do Programa de Desenvolvimento Educacional

Art. 20 - Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, destinado ao professor, com objetivo de aprimorar a qualidade da Educação Básica da Rede Pública Estadual, de acordo com as necessidades educacionais e sócio-culturais da comunidade escolar.

§ 1º - O Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE será disciplinado mediante lei, que considere a experiência profissional do professor e os resultados dela obtidos em benefício da educação, e terá início dentro do prazo máximo de 12 (doze) meses, contados a partir da promulgação desta lei.

§ 2º - Enquanto não for aprovada a lei que disciplinará o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, este poderá ser implantado por decreto.

§ 3º - Se o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE não for implantado no prazo estabelecido no parágrafo primeiro, o professor que, contados 2 (dois) anos a partir da promulgação desta lei, estiver no Nível II, Classe 11, e obtiver curso de pós-graduação *stricto sensu* - mestrado ou doutorado, relacionado à área da educação, será automaticamente promovido para o Nível III, Classe 1, e terá progressão no Nível III a cada interstício de 3 (três) anos, nos termos e condições estabelecidos nesta lei.

Art. 21 - O professor que obtiver Certificação em decorrência da participação no Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, terá direito à promoção para o Nível III, Classe 1, da carreira e progressão nos termos da lei específica.

Capítulo VIII

Da Remuneração

Seção I

Do Plano de Vencimentos

Art. 22 - Remuneração é a atribuição pecuniária pelo exercício do cargo de professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, que compreende o vencimento, valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, acrescido das gratificações previstas nesta lei.

§ 1º - Integram o vencimento o adicional por tempo de serviço e os valores percebidos pelo professor em decorrência de aulas ou serviços extraordinários, conforme estabelecido nesta lei.

§ 2º - Sobre o montante da remuneração incidirá contribuição previdenciária mensal, para efeitos de recebimento de proventos de aposentadoria.

§ 3º - Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, no que se refere às gratificações, aulas e serviços extraordinários, será considerada a média das contribuições.

Art. 23 - O professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná perceberá seu vencimento de acordo com o Anexo I - Tabela de Vencimentos, desta lei.

Art. 24 - Os proventos dos professores aposentados serão revistos na mesma proporção e data sempre que se modificar a remuneração dos professores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos professores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Seção II

Do Adicional por Tempo de Serviço

Art. 25 - O professor perceberá adicional por tempo de serviço, equivalente a um aumento periódico consecutivo, calculado da seguinte forma:

I - 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 05 (cinco) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado do Estado do Paraná;

II - 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 10 (dez) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado do Estado do Paraná;

III - 15% (quinze por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 15 (quinze) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado do Estado do Paraná;

IV - 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 20 (vinte) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado do Estado do Paraná;

V - 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 25 (vinte e cinco) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado do Estado do Paraná;

VI - 30% (trinta por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 31 (trinta e um) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado do Estado do Paraná;

VII - 35% (trinta e cinco por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 32 (trinta e dois) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado do Estado do Paraná;

VIII - 40% (quarenta por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 33 (trinta e três) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado do Estado do Paraná;

IX - 45% (quarenta e cinco por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 34 (trinta e quatro) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado do Estado do Paraná;

X - 50% (cinquenta por cento) sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, ao completar 35 (trinta e cinco) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Os adicionais previstos nos incisos VI, VII, VIII, IX e X deste artigo serão percebidos pela professora a partir de 25 (vinte e cinco) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado do Estado do Paraná, por ano excedente;

Seção III

Do Auxílio Transporte

Art. 26 - Os professores em exercício nos estabelecimentos de ensino, núcleos regionais da Educação, Secretaria de Estado da Educação e unidades a ela vinculadas receberão auxílio transporte correspondente a 24% (vinte e quatro por cento) sobre o vencimento do Nível I, Classe 5, da carreira, com incidência para todos os efeitos legais, proporcional à jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.

Parágrafo Único - O percentual estabelecido no *caput* deste artigo poderá ser ajustado mediante decreto.

Seção IV

Das Gratificações

Art. 27 - Serão concedidas gratificações proporcionais à jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com as condições especificadas a seguir:

I - gratificação de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento do professor, segundo a carga horária, para o exercício no período noturno, compreendido a partir das 18 (dezoito) horas;

II - gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento inicial da carreira do professor, correspondente ao Nível I, Classe 1, para o exercício da função de diretor de estabelecimento de ensino.

Parágrafo Único - O professor em exercício da função de diretor auxiliar de estabelecimento de ensino perceberá gratificação equivalente a 90% (noventa por cento) da gratificação percebida pelo professor em exercício da função de diretor.

Art. 28 - As gratificações previstas nesta lei poderão ser percebidas de forma cumulativa.

Capítulo IX

Do Regime de Trabalho e das Férias

Art. 29 - O regime de trabalho do professor será de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais, por cargo.

§ 1º - O regime de trabalho do professor que ministrar aulas nas disciplinas de ensino profissional poderá ser de 10 (dez) horas semanais, com vencimento equiva-

lente à metade do vencimento do professor com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.

§ 2º - Poderá haver alteração de regime de trabalho de 10 (dez) para 20 (vinte) e de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, por cargo, até o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais, ou o inverso, por acordo que contemple o interesse da Educação, definido pela Secretaria de Estado da Educação, e a opção do professor, mediante adequação proporcional de seu vencimento à carga horária trabalhada.

§ 3º - O professor com regime de trabalho de 10 (dez) ou 20 (vinte) horas semanais poderá prestar serviço ou ministrar aula extraordinária, até o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo, para tanto, remuneração proporcional à carga horária trabalhada, sobre o valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira.

Art. 30 - A hora-aula do professor em exercício de docência será de até cinquenta minutos, assegurado ao aluno o mínimo de oitocentas horas anuais, nos termos da lei.

Art. 31 - É garantida a hora-atividade para o professor em exercício de docência, correspondente a 20% (vinte por cento) da carga horária do seu regime de trabalho.

Parágrafo Único - A hora-atividade deverá ser cumprida na escola, podendo ser cumprida fora da escola, excepcionalmente, em atividades autorizadas pela Secretaria de Estado da Educação, desenvolvidas no interesse da educação pública.

Art. 32 - As férias do professor serão de 30 (trinta) dias consecutivos, segundo o calendário escolar elaborado de acordo com as normas previstas em lei.

Parágrafo Único - O professor em função de docência terá direito, além das férias previstas no *caput* deste artigo, a um recesso remunerado de 30 (trinta) dias, condicionado ao cumprimento do calendário escolar, composto de 200 (duzentos) dias letivos e 10 (dez) dias destinados a atividades de formação continuada.

Capítulo X

Das Disposições Gerais, Transitórias e Finais

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 33 - Os cargos de professor e especialista de Educação, que compõem o Quadro Próprio do Magistério da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, ficam transformados em cargos de professor, sendo que os ocupantes dos referidos cargos ficam enquadrados no presente Plano de Carreira do professor, obedecidos os critérios estabelecidos nesta lei.

Art. 34 - Ficam criados mais 24 (vinte e quatro) mil cargos de professor para compor a Rede Estadual de

Educação Básica do Paraná, a serem oportunamente preenchidos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.

Art. 35 - Será constituída comissão pelos secretários de Estado da Educação e da Administração e Previdência para proceder e acompanhar o processo de enquadramento.

Parágrafo Único - O servidor que se sentir prejudicado poderá requerer reavaliação à comissão que, no caso de indeferimento, remeterá ao secretário de Estado da Administração e Previdência, em grau de recurso.

Art. 36 - Os servidores do Quadro de Pessoal Permanente do Magistério Público Estadual, regidos pela Lei Complementar nº 7, de 22 de dezembro de 1976, ficam enquadrados no presente Plano de Carreira do professor, no nível correspondente à sua titulação, da seguinte forma:

I - ficam enquadrados no Nível Especial I os atuais ocupantes de cargo de professor e especialista de educação - PC3, do Quadro Próprio do Magistério;

II - ficam enquadrados no Nível Especial II os atuais ocupantes de cargo de professor e especialista de educação - PD4, do Quadro Próprio do Magistério;

III - ficam enquadrados no Nível Especial III os atuais ocupantes de cargo de professor e especialista de educação - PE5, do Quadro Próprio do Magistério;

IV - ficam enquadrados no Nível I os atuais ocupantes de cargo de professor e especialista de educação - PF6, do Quadro Próprio do Magistério;

V - ficam enquadrados no Nível II os atuais ocupantes de cargo de professor e especialista de educação - PG7, do Quadro Próprio do Magistério.

Parágrafo Único - O enquadramento do professor nas respectivas classes em que se encontram será feito na forma do Anexo III - Tabela de Enquadramento, desta lei.

Art. 37 - Os professores e especialistas de Educação aposentados oriundos do Quadro de Pessoal Permanente do Magistério Público Estadual ficam igualmente enquadrados na matriz de vencimentos que corresponda à sua habilitação/titulação obtida anteriormente à sua aposentadoria, na classe em que se encontrava quando a obteve.

Art. 38 - Ficam considerados em extinção, permanecendo com as mesmas nomenclaturas, os cargos de orientador educacional, supervisor educacional, administrador escolar na medida em que vagarem, assegurando-se tratamento igual ao que é oferecido ao professor, inclusive o direito ao desenvolvimento na carreira, para aqueles que se encontram em exercício.

Art. 39 - Fica extinta a gratificação no ensino especial, prevista no artigo 75, da Lei Complementar nº 7, de 22 de dezembro de 1976.

Art. 40 - Os professores e especialistas de Educação que se encontrarem, à época de implantação do presente Plano de Carreira do professor, em licença sem vencimentos para trato de interesse particular, serão enquadrados por ocasião da reassunção, nos termos desta lei.

Art. 41 - O enquadramento não ensejará redução de vencimentos.

Art. 42 - Ao ocupante do cargo de professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná é assegurada, nos termos da Constituição Federal, a liberdade de associação sindical, com os direitos e garantias a ela inerentes.

Art. 43 - Fica assegurado ao professor em disponibilidade funcional para desempenho de mandato eletivo em sindicato ou associação de classe o direito de promoção e progressão na carreira, e retorno à lotação de origem.

Seção II

Das Disposições Transitórias

Art. 44 - Para garantir os direitos previstos nesta lei, cuja eficácia dependa de regulamentação ou de disciplina legal, aplicam-se as normas regulamentares vigentes.

Art. 45 - Para efeitos de promoção e progressão na carreira, ficam resguardadas as situações contempladas pela Lei Complementar nº 100/2003.

Art. 46 - Fica assegurado aos professores e especialistas de Educação que, na data da promulgação da presente lei, percebem gratificação por atendimento pedagógico especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais, o recebimento da referida gratificação, enquanto permanecerem no exercício dessa atividade, com incidência previdenciária e incorporação dos proventos de aposentadoria na forma do artigo 22 da presente lei.

Seção III

Das Disposições Finais

Art. 47 - O Plano de Carreira do professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná será implantado de acordo com as normas estabelecidas nesta lei, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 48 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, inclusive financeiros, a partir de fevereiro de 2004.

Sala das Sessões, em 17.02.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 089/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que propõe a doação de veículos para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APM de Ortigueira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CF. **Aprovada. (Publ. no DA nº 092/2003, de 15/09/2003).**

COMISSÃO DE FINANÇAS
INDICAÇÃO Nº 89/2003

P A R E C E R :

O presente plano de lei é da lavra do deputado Cleiton Kielse, que propõe a doação de veículo para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI do município de Ortigueira.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, entende este relator que conforme justificativa do próprio autor, devemos observar que devido ao enorme trabalho da entidade acima mencionada oferecido à sociedade, tendo em vista que objetiva a promoção da criança e do adolescente, programa de combate às carências nutricionais, programa de aleitamento materno, programa de amparo à gestantes e programa de amparo sócio-econômico. Sendo assim, nada mais justo, auxiliar a APMI citada, proporcionando a referida doação.

Desta forma, emitimos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ANDRÉ VARGAS - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 094/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que solicita a redução de tarifa de energia elétrica para os hospitais do Paraná conveniados com o Sistema Único de Saúde. COM PARECER FAVORÁVEL DA CF. **Aprovada. (Publ. no DA nº 074/2003, de 22/09/2003).**

COMISSÃO DE FINANÇAS
INDICAÇÃO Nº 94/2003

P A R E C E R :

A Indicação nº 094/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, solicita a redução de tarifa de energia elétrica para os hospitais do Paraná, conveniados com o Sistema Único de Saúde.

Preocupa-se o autor do Indicação com a crise das instituições hospitalares que prestam atendimento pelo Sistema Único de Saúde. Justa a iniciativa, haja vista que a grande maioria da população depende desse atendimento e são necessários mecanismos para estimular a manutenção desse serviço hospitalar.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação da Indicação 094/2003.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relator

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 115/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, que sugere a inclusão do produto classificado na posição 1902 da NBM/SH na Lei nº 13214 de 29/06/2001. COM PARECER FAVORÁVEL DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 086/2003, de 22/10/2003).**

COMISSÃO DE FINANÇAS
INDICAÇÃO Nº 115/2003

P A R E C E R :

Favorável à Indicação nº 115/2003, que segure a inclusão do produto classificado na posição 1902 da NBM/SH, na Lei nº 13.214 de 29.06.2001.

Entendemos que o Paraná, por ser um grande produtor de trigo e, conseqüentemente fabricante de macarrão, necessita ter um tratamento tributário diferenciado, com redução de 12 para 7% nas operações interestaduais.

Isso irá promover uma maior produtividade no mercado nacional, gerando emprego e renda a mais para os paranaenses.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ANDRÉ VARGAS - Relator

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 125/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto, que autoriza o Poder Executivo a criar, através da Sanepar, programa de limpeza de fossas sépticas para a população de baixa renda que resida em locais em que não haja serviços de esgoto. PARECER FAVORÁVEL DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA Nº 097/2003, de 18.11.2003).**

COMISSÃO DE FINANÇAS
INDICAÇÃO Nº 125/2003

P A R E C E R :**Relatório**

A presente indicação, de autoria do nobre deputado Jocelito Canto, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar, através da Sanepar, o Programa de Limpeza de Fossas Sépticas para a população de baixa renda que resida em locais em que não haja serviços de esgoto.

Fundamentação

Chamada a opinar, a Comissão de Finanças entende que a proposição visa trazer benefícios para a comunidade de baixa renda, objetivando executar a manutenção das fossas sépticas, prevenindo possíveis riscos de poluição ambiental.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável à Indicação nº 125/2003.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH- Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para o dia 1º de março, segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 041, 158, 347, 387, 574, 667, 674 e 710/2003 e do Projeto de Lei Complementar nº 003/2004.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, no Plenarinho Luiz Gabriel Sampaio, reuniu-se a Comissão de Fiscalização, presidida pelo senhor deputado Neivo Beraldin, que contou com a presença dos seguintes deputados membros: Elio Rusch, Artagão Júnior, Duílio Genari, Nelson Tureck, André Vargas e Waldir Leite. Havendo número legal o senhor presidente abriu os trabalhos, com a finalidade de elegerem o vice-presidente desta Comissão. Por aclamação os membros elegeram o deputado André Vargas para o cargo. Após, conforme deliberado na Sessão anterior, os senhores deputados passaram a discutir sobre quais as informações que norteariam os trabalhos da Comissão. O vice-presidente se comprometeu a fazer um levantamento em 20 dias sobre o funcionamento do SIAF - Sistema Informatizado de Acompanhamento Financeiro que existe no Congresso Nacional e que segundo o deputado é de extrema facilidade para a ação dos parlamentares na fiscalização dos gastos públicos, para que algo semelhante seja implantado no Paraná. Após a discussão, o senhor presidente colocou o requerimento em votação. **APROVADO POR UNANIMIDADE.** O deputado Waldir Leite colocou em discussão para que fosse requerido do superintendente do Porto de Paranaguá uma série de informações sobre sua gestão, tendo sido aparteado pelos deputados Elio Rusch, André Vargas, Nelson Tureck e Duílio Genari; primeiramente, com relação à dragagem do Porto de Paranaguá: se está sendo feita, regularmente, a dragagem nos canais (Paranaguá e Antonina) e na frente do Cais do Porto. Quais os valores pagos nos anos de 2002 e 2003, e o acumulado no Fundo de Dragagem, anexando os comprovantes de movimentação - extrato - com os respectivos

valores. Com relação aos terminais do Porto de Paranaguá: encaminhar relação com todos os detentores de terminais, a quantidade embarcada nos anos de 2002 e 2003, e o valor das tarifas recebidas pela Administração Portuária. Especialmente informar qual a quantidade de grãos embarcada pela arrendatária do terminal pertencente ao Governo do Paraguai. Qual o valor das tarifas arrecadado pelo porto nos anos de 2002 e 2003? Solicitando cópia do contrato de concessão. Qual a quantidade de grãos embarcada no Porto de Paranaguá, oriundas dos Estados do Mato Grosso? Qual o valor das tarifas arrecadadas pelo Porto nos anos de 2002 e 2003? Com relação aos funcionários do Porto de Paranaguá: encaminhar a relação de funcionários comissionados, especificando os nomes, cargos exercidos, formação educacional, valor do salário e das vantagens. Quantos psiquiatras executam atividades no Porto? Quem são? Como foram contratados? Houve licitação? Qual o valor do salário e das vantagens? Esclarecer o vínculo desses profissionais, em relação ao contrato de manutenção existente no Corredor de Exportação. Com relação ao embarque de produtos no Porto: qual o volume e redução esperada no faturamento do porto com a proibição do recebimento e carregamento de produtos transgênicos para os anos de 2003 e 2004? Quais empresas ou operadores portuários operam nos Silos Públicos do Porto (Vertical e Armazéns)? Qual o volume embarcado por eles nos anos de 2002 e 2003? Quanto foi arrecadado pela Administração em tarifas portuárias? Com relação à infra-estrutura no Porto: Qual a situação do pier destinado ao embarque de produtos inflamáveis? Está ou não interditado oficialmente? Por quê? (Anexar laudo ou documento hábil comprobatório da interdição, e informar atitudes e prazo efetivo para sua reforma e plena operação). A quem pertence o Pier de Inflamáveis privado, e quais as empresas que estão utilizando o pier para suas operações em detrimento do Porto? Qual a situação estrutural do Berço 213, e qual o prazo e as providências definitivas que estão sendo tomadas para que a segurança da operação volte a normalidade? Informar as licitações abertas e em andamento no período de 2003 relativas a novos investimentos privados. Informar ainda, quais as atitudes e prazos previstos para a implantação dos Cais Oeste, dos terminais públicos de contêineres e de descargas de fertilizantes. Com relação ao meio ambiente: informar, bem como enviar documentos a respeito da atual situação da APPA e dos demais operadores e terminais portuários no que diz respeito à poluição da região, tendo em vista que as atividades realizadas no Porto de Paranaguá incluem abastecimento de óleo; lavagem de portões e pátio de cais e água de lastro dos navios; emissão de pó e resíduos deixados no cais; nível de percolação no solo; odor e ruídos que podem causar consequências danosas ao meio ambiente. Após a discussão, o senhor presidente colocou o requerimento em votação. **APROVADO POR UNANIMIDADE.** O deputado Neivo Beraldin levantou a discussão sobre a instalação de UTI's em municípios do Paraná com subsídios do Governo Fed-

eral. O deputado Elio Rusch requereu informações sobre quanto foi repassado pelo Governo Federal ao Governo do Estado para a instalação de UTI's no Paraná? (Anexar documentos comprobatórios). Quais as cidades/hospitais beneficiados? (Anexar documentos comprobatórios) Qual foi o valor gasto para a instalação de cada uma das UTI's? (Anexar documentos comprobatórios). O presidente colocou em votação. APROVADO. O deputado Elio Rusch colocou em discussão a questão relativa aos contratos de locação dos veículos pelo Estado. Levantou três perguntas: com quais empresas o Governo do Estado mantém contrato de locação de veículos? (Anexar contratos). Quantos veículos estão locados atualmente ao Governo do Estado? (Especificar veículo a veículo por Secretaria, discriminando modelo, ano e placa, e a que função se destinam). Qual foi o valor gasto com a locação dos veículos? (Anexar planilhas que especifiquem o pagamento empresa por empresa). Após a discussão, o senhor presidente colocou o requerimento em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. O deputado André Vargas colocou em discussão que se solicitasse aos secretários competentes se existe alguma obra ou serviço público no Estado paralisados ou mesmo algum convênio com municípios, relativo à obra ou serviço público, igualmente paralisado. Após a discussão, o senhor presidente colocou o requerimento em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. O deputado Nelson Tureck colocou em discussão o pedido de informações ao secretário de Ciência e Tecnologia para que seja informado qual o vínculo existente entre as Universidades Estaduais e os IMEP's, explicitando como se dá o funcionamento deste, no que se refere à sua administração econômico-financeira. Após a discussão, o senhor presidente colocou o requerimento em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. O senhor presidente colocou em discussão e fato de que esta Comissão deverá fiscalizar o andamento no Ministério Público e posteriormente na Justiça, das conclusões dos trabalhos da CPI do Banestado. Em razão disso, para facilitar os trabalhos da Comissão, o deputado Neivo Beraldin propôs a extensão de todas as quebras de sigilo autorizadas à CPI do Banestado, além de outros procedimentos relacionados à referida CPI. Após a discussão, o senhor presidente colocou o requerimento em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. E nada mais havendo a tratar o senhor presidente deu por encerrada a presente Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata que vai assinada por todos os senhores deputados e por mim, Felipe Abu-Jamra Correa, secretário desta Comissão.

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente
Felipe Abu-jamra Correa - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz

Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Passando em seguida à Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 483/2003 e 514/2003, em seguida o deputado Nelson Justus apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 390/2003, 124/2003 e 432/2003 (anexados) que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Passando em seguida à Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 220/2003, 492/2003, 538/2003, 586/2003, 664/2003 e 686/2003, em seguida o deputado Nelson Justus apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 567/2003 e o deputado Fernando Ribas Carli ao Projeto de Lei nº 369/2003, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Passando em seguida à Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 489/2003 e 720/2003, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Passando em seguida à Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e

relatou os Projetos de Lei nºs 666/2003 e 707/2003, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária